



## Sumário

Atos do Poder Legislativo .....	1
Atos do Poder Executivo .....	1
Presidência da República .....	3
Ministério da Agricultura e Pecuária .....	8
Ministério das Cidades .....	11
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação .....	11
Ministério das Comunicações .....	12
Ministério da Cultura .....	14
Ministério da Defesa .....	25
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar .....	26
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços .....	27
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania .....	43
Ministério da Educação .....	43
Ministério do Esporte .....	51
Ministério da Fazenda .....	52
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos .....	70
Ministério da Igualdade Racial .....	73
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional .....	74
Ministério da Justiça e Segurança Pública .....	74
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima .....	83
Ministério de Minas e Energia .....	86
Ministério da Pesca e Aquicultura .....	95
Ministério do Planejamento e Orçamento .....	95
Ministério de Portos e Aeroportos .....	100
Ministério dos Povos Indígenas .....	101
Ministério da Previdência Social .....	102
Ministério da Saúde .....	183
Ministério do Trabalho e Emprego .....	208
Ministério dos Transportes .....	209
Controladoria-Geral da União .....	211
Ministério Público da União .....	212
Tribunal de Contas da União .....	212
Poder Judiciário .....	224
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .....	234

.....Esta edição é composta de 237 páginas .....

## Atos do Poder Legislativo

### LEI Nº 15.381, DE 8 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre o exercício da profissão de doula.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O exercício da profissão de doula é livre em todo o território nacional, observadas as disposições desta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, doula é a profissional que oferece apoio físico, informacional e emocional à pessoa durante o seu ciclo gravídico-puerperal e, especialmente, durante o parto, com vistas à melhor evolução desse processo e ao bem-estar da gestante, parturiente e puérpera.

Art. 3º O exercício da profissão de doula é assegurado:

I - aos portadores de diplomas de ensino médio e de curso de qualificação profissional específica em doulagem;

II - aos portadores de diplomas de ensino médio e de curso de qualificação profissional específica em doulagem, expedidos por instituições estrangeiras e revalidados no Brasil, de acordo com a legislação vigente;

III - aos que, à data da publicação desta Lei, exerçam, comprovadamente, há mais de 3 (três) anos, a profissão de doula.

Parágrafo único. A partir do início da vigência desta Lei, os cursos referidos nos incisos I e II do caput deste artigo terão carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas.

Art. 4º São atribuições dos profissionais de que trata esta Lei:

I - incentivar e facilitar à gestante no seu ciclo gravídico-puerperal a buscar informações sobre gestação, parto e pós-parto baseadas em evidências científicas atualizadas;

II - incentivar a gestante a buscar unidade de saúde para realizar o acompanhamento pré-natal;

III - orientar e apoiar a gestante durante todo o trabalho de parto, inclusive em relação às escolhas das posições mais confortáveis a serem adotadas durante o processo;

IV - informar a gestante sobre os métodos não farmacológicos para alívio da dor;

V - colaborar para a manutenção de um ambiente tranquilo, acolhedor e com privacidade para a gestante durante o trabalho de parto;

VI - auxiliar a gestante a utilizar técnicas de respiração e vocalização para obter maior tranquilidade;

VII - utilizar recursos não farmacológicos para conforto e alívio da dor da parturiente, como massagens, banhos mornos e compressas mornas;

VIII - estimular a presença e participação de acompanhante da escolha da gestante em todo o processo do parto e no pós-parto;

IX - orientar e prestar apoio aos cuidados com o recém-nascido e ao processo de amamentação.

Parágrafo único. É vedado às doulas utilizar ou manusear equipamentos médico-assistenciais, realizar procedimentos médicos, fisioterápicos ou de enfermagem, administrar medicamentos e interferir nos procedimentos técnicos dos profissionais de saúde.

Art. 5º A doula é de livre escolha da gestante, sendo a doulagem parte da atenção multidisciplinar à pessoa no ciclo gravídico-puerperal.

Art. 6º É assegurada a presença da doula nas maternidades, casas de parto e em outros estabelecimentos congêneres, das redes pública e privada, desde que solicitada pela gestante, durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto imediato, em todos os tipos de parto, inclusive em casos de intercorrências e situações de abortamento.

§ 1º A presença da doula não exclui a presença de acompanhante de livre escolha da gestante.

§ 2º Para fins do disposto no caput deste artigo, é vedada a cobrança de qualquer taxa adicional vinculada à presença da doula durante o período de trabalho de parto.

§ 3º A presença da doula no estabelecimento de saúde, por solicitação da gestante, não implica obrigações por parte do estabelecimento, como remuneração ou vínculo empregatício.

§ 4º A doula integrará as redes de atenção à saúde.

§ 5º A atuação da doula não substitui o atendimento prestado por quaisquer dos profissionais de saúde participantes da assistência à gestante, à parturiente e à puérpera.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de abril de 2026; 205º da Independência e 138º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Janine Mello dos Santos

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Márcia Helena Carvalho Lopes

Alexandre Rocha Santos Padilha

Luiz Marinho

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 12.925, DE 8 DE ABRIL DE 2026

Altera o Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

#### DECRETA :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes Cargos Comissionados Executivos - CCE e Funções Comissionadas Executivas - FCE:

I - da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap para a Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:

a) um CCE 1.13;

b) uma FCE 1.04;

c) duas FCE 2.10;

d) uma FCE 2.07;

e) uma FCE 2.06;

f) duas FCE 2.04; e

g) uma FCE 4.01; e

II - da Secretaria de Gestão e Inovação para a Enap:

a) um CCE 1.15;

b) um CCE 1.10;

c) um CCE 1.01;

d) dois CCE 2.13;

e) um CCE 2.10;

f) três CCE 2.04;

g) duas FCE 1.13;

h) oito FCE 1.10;

i) três FCE 1.07; e

j) uma FCE 1.06.

Art. 2º Ficam transformados CCE e FCE, nos termos do disposto no art. 7º da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, na forma do Anexo II.

Art. 3º O Anexo II ao Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

Art. 4º O Anexo I ao Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

XIV - executar as atividades de que trata o art. 13 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019; e

XV - planejar, coordenar e supervisionar a execução logística, operacional e pedagógica de concursos públicos e processos seletivos que for autorizada a realizar. ...." (NR)

"Art. 3º .....

III - .....

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

....." (NR)

Foi publicada em 8/4/2026 a edição extra nº 66-A do DOU. Para acessar o conteúdo, clique [aqui](#).

## AVISO

